

Só Questões



Concurso Público - Ano 2018

300

Questões

Fundamentadas

SUAS

Lei 8.742/93 (LOAS)

Lei 12.435/2011

NOB/SUAS

PNAS

Arts. 203 e 204 da CF



Acerte o alvo!

O Diferencial das Concursos

300

**Questões Fundamentadas do
SUAS**

(LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir apostila de 300 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO
SUAS – (LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS –
Arts. 203 e 204 da CF)**

acesse o site:



SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	119
Bibliografia.....	212

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS – Lei 8.742/93, juntamente com a NOB/SUAS e o PNAS vêm sendo exigidos nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. As instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

- I. O Conselho Nacional de Assistência Social;
- II. Os Conselhos Estaduais de Previdência Social;
- III. O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV. Os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) II e IV

2. Com relação à Política Pública de Assistência Social no Brasil, é correto afirmar:

- a) Os serviços e programas atingem um percentual pequeno da população que deveria ter acesso aos direitos.
- b) Os fundamentos da Política Nacional da Assistência Social mantêm o viés tradicional, reforçando a prática assistencialista.

- c) A tendência à estatização da Política de Assistência Social confronta o princípio de universalidade.
- d) A passividade política presente na cultura da população brasileira é o principal elemento complicador para a efetividade do caráter democrático e descentralizado da Política de Assistência Social.
- e) O Plano Nacional de Assistência Social superou o caráter compensatório dos programas e serviços, mas mantém a concepção de favor em detrimento da concepção de garantia de direitos.

3. Complete a lacuna.

O Peti tem abrangência nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a em situação de trabalho.

() 16 (dezesesseis)

() 18 (dezoito)

4. Acerca da Proteção Social Básica e Especial previstas na PNAS (Política Nacional de Assistência Social) podemos afirmar que:

- a) Os programas, projetos e serviços são prestados diretamente pela Secretaria da Fazenda das Prefeituras.
- b) A Proteção Social Especial se divide em três tipos, os quais são: baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade.
- c) O PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) faz parte dos serviços a serem prestados na proteção social básica.

**Questões Fundamentadas do
SUAS**

(LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)

- d) Centros e grupos de Convivência para Idosos e o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência são os únicos itens que faltam para a proteção básica ser mais completa.
- e) Na proteção básica estão previstos os serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 14 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

5. Complete a lacuna.

Os membros do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de

- 1 (um) ano
- 2 (dois) anos
- 3 (três) anos

6. Enumere as assertivas abaixo, utilizando (1) para os objetivos da Assistência Social e (2) para as diretrizes da Assistência Social, de acordo com a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

- Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

- () A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- () A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- a) 1 – 2 – 2 – 1 – 1.
- b) 2 – 1 – 2 – 1 – 1.
- c) 2 – 2 – 2 – 1 – 1.
- d) 1 – 1 – 1 – 2 – 2.
- e) 1 – 2 – 1 – 2 – 1.

7. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

A União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão centralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

8. Sobre “Proteção Social”, (NOB/SUAS) – podemos afirmar que sua linha de ocupação está nas vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e _____ que os cidadãos enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida.

- a) parcerias.
- b) riscos.
- c) dúvidas.
- d) deslizes.

e) relacionamentos.

9. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

10. A assistência social tem por objetivos, dentre outros, a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- I. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. O amparo à todas as crianças e adolescentes;
- III. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- IV. A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e aos idosos com 65 (sessenta e cinco) anos.

Está (ao) correta (s):

a) I, II e III

b) I, II e IV

- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II, III e IV

11. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

Tendo em vista o financiamento da assistência social, a utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, semestralmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

12. Segundo a NOB/SUAS, a atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter _____ de proteção social.

- a) protecionista.
- b) amplo
- c) preventivo.
- d) democrático.
- e) institucional

13. Referente à Política Nacional de Assistência Social, apresentamos as seguintes afirmações:

- I. O comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras vem mudando nos últimos anos. Chama a atenção o aumento da população de mães com idade acima de 65 (sessenta e cinco) anos.
- II. Considerando as deficiências em geral, sua incidência está mais associada aos ciclos de vida, enquanto as incapacidades, as doenças mentais, paraplegias e as mutilações estão mais relacionadas aos problemas de nascença, acidentes e violência urbana, mais prevalente entre homens jovens.
- III. De acordo com o Artigo primeiro da LOAS, “ a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”
- IV. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou convivência familiar.

Sendo assim, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As afirmações I e IV estão incorretas.
- b) A afirmação I está incorreta.
- c) A afirmação IV está incorreta.
- d) Todas as afirmações estão incorretas.
- e) Todas as informações estão corretas.

14. A gestão social é, sobretudo, uma ação pública compromissada com os cidadãos de uma sociedade, com a finalidade de assegurar-lhes o

acesso a bens e serviços qualificados, que permitam uma participação efetiva na vida em sociedade. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), previsto na LOAS, é órgão superior de deliberação responsável pela coordenação da política nacional de assistência social. Conforme artigo 17, § 1º, da LOAS, o número de membros que compõe o CNAS é

- a) 14.
- b) 15.
- c) 16.
- d) 17.
- e) 18.

15. Com relação ao art. 40-A da Le 8.742/93, julgue o item a seguir.

Os benefícios monetários decorrentes do disposto nos arts. 22, 24-C e 25 desta lei serão pagos preferencialmente ao homem responsável pela unidade familiar, quando cabível.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

RESPOSTAS**1.**

Resposta: B
Fundamento
Art. 16, I da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 16, II da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 16, III da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 16, IV da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

2.

Resposta: A
Comentário
<p>A Assistência Social como política social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. Numa nova situação, não dispõe de imediato e pronto a análise de sua incidência. A opção que se construiu para exame da política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e quantificar a realidade, a partir de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades. • Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrenta-los. • Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social. • Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.

- Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam.

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.

Sob esse princípio é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental. O município, por sua vez, poderá ter territorialização intra-urbanas, já na condição de outra totalidade que não é a nação. A unidade sociofamiliar, por sua vez, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo/domicílio.

Pg. 16 da PNAS

3.

Resposta: 16 (dezesseis)

Fundamento

Art. 24-C, § 1º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

4.

Resposta: C

Comentário

Art. 24-A, caput da Lei nº 8.742/1993 - LOAS

5.

Resposta: 2 (dois) anos

Fundamento

Art. 17, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

6.

Resposta: C

Comentário

Art. 5º, caput, I da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

Art. 5º, caput, II da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

Art. 5º, caput, III da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

Art. 2º, caput, I, “a” da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

Art. 2º, caput, I, “c” da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

7.

Resposta: F
Fundamento
Art. 12-A, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

8.

Resposta: B
Comentário
<p>O pacto federativo, que sustenta o conteúdo do SUAS e de sua regulação por meio da NOB/SUAS, contém diversas dimensões que devem receber tratamento objetivo no processo de gestão, entre os quais se destacam: o conhecimento da realidade municipal, do Distrito Federal, estadual e nacional, quanto a presença e a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais da população; a distância entre a demanda de proteção social em face da rede socioassistencial existente e entre esta e aquela que se busca alcançar com a implementação do SUAS; a construção gradual de metas nos planos municipais, do Distrito Federal, estaduais e federal; o trato igualitário e equitativo dos municípios, dos estados e regiões nacionais e das micro-regiões dos estados; a defesa dos direitos socioassistenciais; o padrão de financiamento e o controle social.</p> <p>A NOB/SUAS é fundada em pacto entre os entes federativos – o que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de Assistência Social em todo território nacional, sob o paradigma dos direitos à proteção social pública de seguridade social e à defesa da cidadania do usuário. Assegura, ainda, a primazia e a precedência da regulação estatal sobre essa atividade pública, cuja dinâmica democrática sob controle social prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações e o comando único das ações em cada esfera de governo.</p> <p>A proteção social de Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana.</p> <p>A proteção social de Assistência Social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia.</p>
Pg. 7, NOB/SUAS

9.

Resposta: F

Fundamento
Art. 20, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

10.

Resposta: C
Fundamento
Art. 2º, caput, I, “a” da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 2º, caput, I, “b” da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 2º, caput, I, “d” da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 2º, caput, I, “e” da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (OU SEJA, NÃO É PARA QUALQUER IDOSO)

11.

Resposta: F
Fundamento
Art. 30-C, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

12.

Resposta: C
Comentário
A Assistência Social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros.
A atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização de direitos humanos e sociais.
De acordo com a PNAS/2004, são funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais.
Pg. 11, NOB/SUAS

13.

Resposta: B
Comentário
O comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras vem mudando nos

**Questões Fundamentadas do
SUAS**

(LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)

últimos anos, com aumento da participação das mulheres mais jovens no padrão de fecundidade do País. Chama a atenção o aumento da proporção de mães com idades abaixo dos 20 anos. Este aumento é verificado tanto na faixa de 15 a 19 anos como na de 10 a 14 anos de idade da mãe. A gravidez na adolescência é considerada de alto risco, com taxas elevadas de mortalidade materna e infantil.

Considerando as deficiências em geral, sua incidência está mais associada aos ciclos de vida, enquanto as incapacidades, as doenças mentais, paraplegias e as mutilações estão mais relacionadas aos problemas de nascença, acidentes e violência urbana, mais prevalente entre homens jovens.

Art. 1º da Lei nº 8.742/1993 - LOAS

A proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por garantias:

- A segurança de acolhida;
- A segurança social de renda;
- A segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- A segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social;
- A segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Pgs. 23 e 25 da PNAS; Pg. 12 da NOB/SUAS

14.

Resposta: E

Comentário

Art. 17, caput, § 1º da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

15.

Resposta: F

Fundamento

Art. 40-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

BIBLIOGRAFIA

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 33ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2017.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 26ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2017.

NOB SUAS - RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012: NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS

BRASIL. Constituição 1988 : Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Presidência. 2018.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012: institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DECRETO Nº 7.788, DE 15 DE AGOSTO DE 2012: Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

LEI Nº 13.370, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016: Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário.

PACTO DE APRIMORAMENTO E GESTÃO DO SUAS - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE MARÇO DE 2017: Aprova as prioridades e metas para os estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019.

LEI Nº 13.466, DE 12 DE JULHO DE 2017: Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

300

Questões Fundamentadas do SUAS

(LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)

LEI Nº 13.535 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017: Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

LEI Nº 13.714, DE 24 DE AGOSTO DE 2018: Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde.

DECRETO Nº 9.494, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018: Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018: Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

LEI Nº 13.715, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

COMO ADQUIRIR

30,00	300 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO SUAS – (LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)
--------------	---

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: BRADESCO

300

Questões Fundamentadas do SUAS

(LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)
Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)
CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **CAIXA**
Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)
Operação: **013**
Conta: **10964-9** (poupança)
CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **Banco do Brasil**
Agência: **0099-X** (Cajazeiras)
Conta: **29563-9** (Conta corrente)
CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo
WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da
apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do PagueSeguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

300

**Questões Fundamentadas do
SUAS**

(LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)

TIM **041 (33) 99161.3584**

OI **031 (33) 98897-7616**

FIXO: **031 (33) 3522-9494**

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

